

XVI SEMINÁRIO
DE INTEGRAÇÃO

25 E 26
OUTUBRO
de 2017

DO GLOBAL AO LOCAL: O PODER DAS ESCALAS SOBRE O TERRITÓRIO



A criminalização do comércio popular no Centro de Campos dos Goytacazes: agentes e conflitos

Vinícius Soares R. Gomes Féres¹

Silvana Cristina da Silva²

Grupo de Trabalho: ST2. Cidades, Política Urbana e Processos Sociais

Resumo

Por meio da análise dos projetos recentes de normatização do comércio popular e das intervenções urbanas do Centro de Campos dos Goytacazes, buscamos mostrar as disputas entre os diferentes agentes que compõem a dinâmica da área central da cidade, cuja principal problemática é a criminalização do comércio popular – caracterizado como *circuito inferior* – e a priorização dos interesses das elites comerciais de capital local e dos comércios associados às redes nacionais e internacionais – que compõem o *circuito superior* da economia urbana. Dessa forma, apresentamos os agentes, as disputas e os conflitos presentes no centro da cidade, que se articulam com outras escalas, seja no espaço urbano, seja em escalas nacional ou global. Assim, identificamos que a população trabalhadora do Centro é extremamente segregada das decisões e sofre com interesses dos agentes hegemônicos, entretanto, resiste a constroem e reconstroem o Centro e a cidade.

Palavras-chave: Centro. Comércio Popular. Circuito Inferior. Espaço Urbano. Conflitos.

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense – UFF/Campos dos Goytacazes e Professor da rede pública de ensino do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: vinicius_feres@yahoo.com.br.

² Professora da Universidade Federal Fluminense – UFF/Campos dos Goytacazes, Coordenadora do Grupo de Pesquisa Território e Cidades – TeCidades. E-mail: silvanasilva@id.uff.br.

Introdução

O processo de urbanização nos países periféricos tem como característica a extrema desigualdade revelada pelo espaço urbano. Considerando esse traço, Santos (2003[1975]) propôs o entendimento desse processo a teoria dos dois circuitos da economia urbana: o circuito superior e o circuito inferior. Com base nessa teoria, efetuamos um estudo da dinâmica do Centro de Campos dos Goytacazes, buscando identificar os agentes e os conflitos.

O circuito inferior (SANTOS, 2003) diz respeito às micro e pequenas atividades exercidas pela população que geram trabalho, sejam elas formalizadas ou não. A origem do circuito inferior é a modernização tecnológica e diferencia-se do circuito superior pela organização, pelo uso de capital e pela tecnologia. Já o circuito superior refere-se às atividades das grandes empresas, bancos e grandes atacadistas, busca o uso de capital intensivo, a organização do trabalho, busca o uso de tecnologias e poupar mão-de-obra. Tem ao seu favor as ações do Estado. Ressaltamos que essa divisão é analítica, não há dualidade e sim uma relação dialética entre esses dois circuitos, que toma a forma de complementaridade, concorrência e dominação do circuito inferior pelo superior³.

Dessa forma, a análise do Centro de Campos dos Goytacazes por meio dessa teoria permite a identificação dos agentes e as disputas, inclusive ideológicas, que transforma o Centro em lugar de lutas entre as elites do comércio, juntamente com as redes nacionais e globais, e a classe trabalhadora, composta pelas micro e

³ Ressaltamos que não se trata de um setor formal e um setor informal, pois do ponto de vista da dinâmica espacial e da ação desses agentes, a categoria formal/informal não revelam os processos ou são insuficientes para a análise geográfica.

pequenas atividades do Centro, sendo o Estado agente fundamental nestas disputas, que faz parte da ação dos agentes do circuito superior.

Vem ocorrendo neste início de século XXI na área central de Campos dos Goytacazes – período que corresponde os governos do médico Dr. Arnaldo Viana (2001-2004); do Advogado Dr. Carlos Alberto Campista (2005), do médico Dr. Alexandre Mocaiber (2005-2008), do governo interino de Roberto Henrique (2008) e da radialista Rosinha Garotinho (2009-2016) – a implementação de projetos de reformas do espaço urbano na área central com forte influência e a imposição de interesses de alguns grupos. Trata-se de disputas pelo espaço urbano no Centro da cidade.

Em todas as reformas feitas até então, percebe-se que as perspectivas das políticas de planejamento urbano têm influenciado na transformação de algumas partes da área central⁴, principalmente no que tange às microatividades ambulantes⁵, caracterizadas como circuito inferior. O planejamento urbano modernizante procura a racionalização do espaço para os agentes hegemônicos, isso significa a imposição de uma racionalidade do circuito superior ao Centro e o acirramento dos conflitos com o circuito inferior.

Assim, expomos a pesquisa a partir de três aspectos: 1. da ação dos comerciantes e suas associações no Centro da cidade; 2. da expansão dos shopping centers no Centro; e 3. dos projetos de formalização e a criminalização do trabalho nas ruas do Centro.

1 A ação dos comerciantes e suas associações no Centro da cidade

As associações comerciais de Campos dos Goytacazes sempre exerceram forte poder de decisões sobre a organização do espaço, levando o poder público a ações que considerem os interesses desses agentes, por vezes, esses agentes são o poder público na escala do município.

⁴ Esse planejamento urbano teve forte influência modernista, que se pauta na crença do progresso linear capitalista e na figura do Estado seus pilares principais de desenvolvimento na sociedade do século XX. Este planejamento possui um caráter exclusivamente técnico e não leva em conta a participação da sociedade civil (MARICATO, 2000).

⁵ Microatividades executadas em carrinhos de pipoca, *hot dog*, milho cozido e água de coco.

No passado, uma questão sempre aparecia no debate das associações comerciais era de questionar a atuação dos quitandeiros e comerciantes ambulantes, que não pagavam os devidos impostos e que aos poucos, iam tomando conta dos becos e ruelas próximas ao centro do comércio e a necessidade da aplicação com rigor do código de posturas (ALVES, 1995). O poder público, então, restringia de todas as formas a circulação de mascates e quitandeiros, como também a repressão através do delegado de polícia.

O desenvolvimento de uma cidade moderna não cabia a imagem na área central os quitandeiros, os vendedores ambulantes, as quituteiras, os meninos de recado, os exercícios de capoeiragem, as bancas de pescado, o que se via era a expulsão das atividades populares do Centro.

A volta ao passado nos remeteu a fatos que na contemporaneidade vem se repetindo, agora, através do poder de outras instituições comerciais como a CDL (Câmara de dirigentes lojistas), a CARJOPA e o sindicato dos comerciários. Todas estas instituições têm como propósito comum a colaboração na prestação de serviços a seus associados, criação de parcerias com outras instituições e contribuir com os poderes públicos para o fortalecimento da classe junto à sociedade.

Os gestores destas organizações são empresários de grande destaque em seus ramos comerciais e grande influência junto ao poder executivo e legislativo. Tomando como exemplo a CDL, dentre a diretoria podemos citar o presidente Joilson Barcelos, proprietário da rede de supermercados Superbom, Carlos Eduardo de Carvalho, presidente do Sindicato dos Comerciários e proprietário da Trier Calçados, Cledemilce Henrique de Souza (Cledemilce Joias), Samuel Willemen Sterch (Samuel atacado e varejo), Luís Carlos Cordeiro Chicri (Chicri Sports e Chicri calçados) e Alfredo Siqueira Dieguez (Proprietário da Dieguez)

Esses grupos empresariais pelo poder exercido junto ao Estado reivindicam seus interesses em detrimento das microatividades do circuito inferior, por serem consideradas ilegais, causadoras da desordem e desvalorização do patrimônio público. A medida do poder público de privar as microatividades de determinados espaços, reflete o poder de interferência das decisões dos grupos empresariais e suas associações na esfera política estatal em nível municipal.

Segundo o subsecretário de Posturas do município de Campos dos Goytacazes, a atuação rigorosa da Prefeitura sobre os trabalhadores ambulantes foi

resultado de uma TAC – Termo de Ajustamento de Conduta entre a prefeitura e o Ministério público Estadual, assinada em 2010, cumprindo ação da ACIC (Associação Industrial e Comercial de Campos), CARJOPA (Associação Comercial da rua João pessoa e comerciantes da Rua Barão de Amazonas) e CDL (Câmara dos Dirigentes Lojistas), iniciada no ano de 2006 alegando em processo a desordem da área central, a falta de acessibilidade nas calçadas e a desvalorização do patrimônio histórico da área causadas pelas microatividades, o que obrigou a prefeitura a seguir um processo de normatização a estas atividades comerciais e o seu deslocamento para novos pontos no Centro ou outros lugares da cidade⁶.

Nessa TAC, 126 trabalhadores autônomos deixaram de ocupar os espaços públicos onde vinham exercendo suas atividades comerciais e foram deslocados para a estrutura provisória construída para abrigar o Shopping Popular Michael Haddad, enquanto o prédio localizado na Rua Barão de Amazonas fosse construído. Esses trabalhadores tinham seus espaços de venda no calçadão, no Terminal Rodoviário de desembarque, no Boulevard Francisco de Paula Carneiro, em frente aos Correios, no trecho localizado em frente à Igreja Boa Morte, em parte da Formosa e na Rua Barão de Cotegipe.

⁶ Informação obtida através de entrevista com o então subsecretário de Postura no dia 25/04/16.

Figura 01 - Microatividades que se encontravam localizadas em frente a agência dos correios e Previdência Social – 2014



Fonte: Jornal folha da Manhã: 15 mai.2014. Disponível em < www.fmanha.com> acesso em: 10/09/2016

Os 126 trabalhadores se juntaram então aos outros 390 permissionários no Shopping Popular provisório no interior do Parque Alberto Sampaio. Essa nova estrutura foi idealizada para atender à necessidade de instituir um espaço delimitado aos ambulantes, antes dispersos, por várias ruas na área central da cidade, numa tentativa de regular sua atividade comercial. Agora institucionalizados por uma organização do Estado⁷, os camelôs tiveram que se enquadrar como uma estrutura comercial formalizada, nos moldes da Lei do Microempreendedor Individual (MEI).

Antes da transferência dos trabalhadores, era comum conflitos entre os agentes da Secretaria de Postura, Guarda e ambulantes como mostra o Jornal Folha Manhã do dia 27/11/10 (Figura 02). A forma como foi feita a abordagem dos agentes

⁷ Um exemplo desse controle do Estado sobre os permissionários aconteceu no dia 06/11/2014, em que a Companhia de Desenvolvimento do Município de Campos (CODEMCA), com apoio da Guarda Civil Municipal (GCM) e da Subsecretaria de Fiscalização de Posturas, lacrou 13 boxes do espaço provisório do Shopping Popular Michel Haddad, no Parque Alberto Sampaio, Centro por faltarem no sorteio dos boxes e descumprimento das cláusulas contratuais.

demonstra o descaso do poder público com os trabalhadores e os seus meios de reprodução e trabalho.

Figura 02– Embates entre fiscais da postura e Trabalhadores autônomos - 2010



Fonte: Jornal Folha da Manhã: 27 nov.2010. Disponível em <www.fmanha.com>, Acesso em 12/09/2016.

Parte dos trabalhadores foi inserida no programa de formalização do Governo Federal, regulamentados por lei municipal, em que os permissionários pagam seus impostos e possuem os mesmos direitos do comércio lojista⁸. No entanto, como nos conta o permissionário entrevistado, estes trabalhadores ainda continuam sem receber o mesmo tratamento dado pela Prefeitura e a população ao comércio tradicional. Segundo ele, “é um descaso muito grande da prefeitura com os permissionários”. “O antigo camelô foi fechado em março de 2014 e a obra tinha uma previsão de ficar pronta em um ano 2015”⁹ (Figura 03).

⁸ O projeto de formalização as Prefeitura Municipal de Campos, realizado em parceria com o SEBRAE, será abordado mais a frente.

⁹ Na data da entrevista não havia uma previsão para o retorno da obra, no entanto, na véspera da eleição a prefeitura vem acelerando as obras para entregar toda a estrutura antes do pleito municipal. Entrevista realizada no dia 13/07/2016.

Figura 03 – Obras do Novo Shopping Popular Michael Haddad - 2016



Fonte: Jornal Campos 24h publicação dia 25/12/2016.

No espaço provisório, onde concentraram todas as atividades comerciais autônomas de venda de eletrônicos, o montante vendido hoje pelos permissionários corresponde a 30% apenas do que era comercializado no antigo espaço. Essa redução das vendas fez com que 100 dessas barracas tivessem que fechar, do total de 516, segundo o permissionário entrevistado.

Como motivo da redução das vendas foi apontado o fator da dificuldade do acesso ao local, que fica entre duas ruas de muito movimento de carros, o que, na visão dos permissionários, “faz os pedestres terem medo de atravessar a rua para ir comprar no espaço provisório”. Segundo o permissionário, eles deixaram para trás uma clientela e um conjunto de relações pessoais conquistadas durante anos de trabalho.

Pela queda nas vendas do Shopping Popular Michael Haddad, muitos permissionários preferiram fechar seus estabelecimentos e tentar vender seus produtos novamente como ambulantes pelas ruas do Centro, oferecendo seus produtos aos clientes e tentando fugir dos fiscais de postura. Pois como colocado pelo subsecretário de posturas, se o permissionário “for pego” realizando suas

atividades pelas ruas do Centro, tem seus produtos apreendidos, pagam uma multa e perdem a concessão.

Dessa forma, sem poder voltar para seus espaços de venda tradicionais e a precariedade e falta de infraestrutura do espaço provisório geraram a revolta dos permissionários pelo descaso, motivo que levou a diversas manifestações e tentativas de reuniões dos permissionários com a Prefeitura com o intuito de solucionar o problema.

Por outro lado, o permissionário também vê com bons olhos a reestruturação do espaço, pois já havia há um longo tempo a necessidade de obras de ampliação e melhorias, pois na visão dele o antigo espaço não suportava o grande contingente diário de clientes. Segundo ele, o novo prédio trará um conforto para os clientes, pois contará com corredores largos, com acessibilidade a portadores de deficiência física, boxes amplos e padronizados, com letreiros e instalação elétrica individual.

A atividade comercial exercida pelos comerciantes do Shopping Popular é importante para a cidade por representar uma grande forma de geração de trabalho, em torno de 500 trabalhadores¹⁰. Entretanto, a ação dos comerciantes lojistas e suas associações intensificaram conflitos no Centro com os ambulantes, tanto do Shopping Popular Michel Haddad, como dos comerciantes de alimentos¹¹ que se estabeleciam nas ruas e locais de alto fluxos no Centro.

2 A expansão dos shopping centers no Centro

Aproveitando as amenidades adquiridas pela área central, a construtora 3w Engenharia gerido pelo grupo Pró-Mall, dono do Shopping Rio Sul, inaugurou no ano de 2012, o Central Plaza (Figura 04). Localizado ao lado da Praça São Salvador, este empreendimento buscou formar uma gigantesca vitrine, tirando proveito de sua excepcional localização e visando atrair o imenso fluxo de pedestres que passa diariamente pelo Centro.

Embasado pelas ideias de Pinaud (1989), quatro pontos devem ser destacados para a existência de um shopping center: a identificação da iniciativa do

¹⁰ Dados obtidos através de entrevista realizada no dia 13/07/2016 com Paulo Renato Gomes Pedra.

¹¹ A primeira etapa de reestruturação do Centro foi transferir os vendedores de alimentos de rua localizados na Alberto Torres para um espaço embaixo do Viaduto Leonel Brizola.

empreendimento, se é público ou privado; a verificação se as lojas são alugadas ou podem ser vendidas; a composição e a natureza das lojas instaladas; e a disponibilidade de um parque de estacionamento.

Figura 04 – Foto da fachada do Central Plaza Shopping (Vista da Praça 7 jornadas) – 2016



Fonte: Pesquisa de campo Vinícius Soares R. Gomes Féres, 20 abr. de 2016.

Atrelada às características mencionadas acima, a localização do shopping center, conforme aponta Pintaudi (1989), se revela como ponto primordial para o sucesso do mesmo. Ora, a localização de um Shopping Center é pensada estrategicamente para a reprodução do capital imobiliário, tendo em vista que sua implantação irá favorecer a valorização de seu entorno.

J. Santos (2008) chama a atenção para o fato de que a construção de tais centros do consumo vem criando símbolos, que vão se incorporando ao cotidiano da vida urbana, independente da questão social do consumidor.

A presença deste espaço construído na realidade urbana representa uma grande força de concentração de atividades terciárias num único local. Os shoppings representam parte de um processo de inovação da cidade com a concentração de equipamentos, atividades comerciais e de serviços, necessários para ensejar uma dinâmica nos fluxos, sobretudo de mercadorias (PINTAUDI, 1989).

Os shoppings incorporaram uma gama de serviços e atividades, e essa tendência tem sido muito bem articulada aos interesses do capital, ampliando possibilidades e oportunidades de acumulação (J. SANTOS, 2008).

Assim, o shopping constitui-se enquanto um novo espaço de consumo, que atende aos interesses do capital, mediante a criação de fluxos para si. Dessa forma, acaba por acatar a nova faceta do sistema capitalista de produção que se desenrola na sociedade atual, marcando um período de transição que se situa em um momento no qual o consumo adquire importância fundamental para a mais valia (OLIVEIRA JR, 2008).

Nesse contexto, o Central Plaza, mesmo sendo produzido por interesses locais e regionais (comerciais e imobiliários), produz uma lógica que não é da cidade, principalmente ao verificar seu *tenant mix*¹² que atesta a existência de franquias como O Boticário, Havaianas, Pizza Bus, Bob's e Hering.

Esse empreendimento veio a se unir ao Campos Shopping inaugurado no início da década de 80 (Figura 05), que foi o primeiro empreendimento nesse formato na cidade. Hoje esse espaço se caracteriza pela existência de um comércio de marcas locais¹³, e atende a um consumo dos próprios trabalhadores da área central e os transeuntes que o utilizam como passagem entre as Ruas Santos Dumond e Governador Teotônio Ferreira de Araújo, onde se localiza o terminal de desembarque de ônibus.

O Centro da cidade de Campos vem incorporando diversos símbolos do circuito superior que antes estavam localizados no Centro expandido, mais especificamente na Pelinca.

¹² Grupo das lojas que compõem o empreendimento.

¹³ Se fizermos uma comparação no entorno dos dois Shoppings, observaremos que o Campos Shopping por ser detentor de um comércio popular, em suas calçadas e imediações encontraremos microatividades, como carrinhos de pipoca, milho cozido e vendedores de churros. Já no Central Plaza as calçadas são livres de qualquer tipo de trabalhador ambulante.

Figura 05– Entrada do Campos Shopping -2016



Fonte: Pesquisa de campo Vinícius Soares R. Gomes Féres, 10 mar.2016.

No entanto, a expansão dos símbolos do circuito superior pela área central não significou necessariamente uma transformação no conteúdo social dos consumidores que frequentam o Centro, mas uma tendência deste circuito em abranger o consumo dos grupos sociais menos abastados. Tal afirmação pode ser comprovada segundo entrevista realizada com o proprietário da Farmácia Far Melhor¹⁴, dizendo que o fluxo de clientes na loja é intenso, e o perfil de seus clientes contempla uma classe social menos abastada; esse fato, segundo ele, é responsável pela escolha de determinados produtos serem comercializados na loja. O que estamos analisando é que o circuito superior não muda seu conteúdo apenas por questões mercadológicas que agregam a seu leque de consumidores, os grupos sociais de menor renda.

Os projetos de reforma urbana do período recente, assim como do passado, procuraram remover o comércio de rua – o comércio ambulante, as microatividades

¹⁴ Entrevista realizada no dia 16/05/2016.

– do Centro de Campos. Os grupos de comerciários, unidos ao poder público, veem praticando as concepções de cidade que criminalizam a população pobre e desprovida de poder de decisão nas áreas centrais, especialmente os ambulantes. Ao mesmo tempo, o capital imobiliário e os grupos empresariais, não locais, vêm transformando o espaço urbano com a instalação de shopping centers na cidade, em que destacamos os instalados na área central. Esses empreendimentos revelam a chegada das redes e de franquias e as formas utilizadas pelo circuito superior drenar as rendas da população por meio do consumo, agora em espaços racionalizados e modernos, que expulsam as pequenas e micro atividades do Centro.

3 Os projetos de formalização e a criminalização do trabalho nas ruas do Centro

O governo federal, através da Lei Federal número 128 de 2008, lei do Microempreendedor Individual (MEI), cria mecanismos para formalizar atividades econômicas dos pequenos e microempreendedores e também cria formas de ampliar a arrecadação do Estado. Os municípios passaram a incentivar a formalização das microatividades; no caso do município de Campos dos Goytacazes, foi criada a Lei Municipal 8.207 de 28 de dezembro de 2010.

Algumas atividades desempenhadas pelos trabalhadores individuais, de pequenas dimensões, já se enquadraram na Lei Municipal 8.207 de 28 de dezembro de 2010 e tiveram suas atividades formalizadas. Ao serem formalizadas, adquiriram o (CNPJ) Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e passaram a ter seus direitos trabalhistas garantidos por lei. Segundo o gerente do Espaço do Microempreendedor de Campos dos Goytacazes¹⁵, o grande número de formalizações se deve em primeiro lugar pelo direito do trabalhador à previdência social, pagando uma taxa inferior aos R\$ 72,00 pagos como autônomo, em segundo lugar, à possibilidade de emitir notas fiscais e, em terceiro, acesso ao crédito fornecido pelo FUNDECAM – (Fundo de Desenvolvimento de Campos). Esse fato contribuiu para que, no período de vigência da Lei do Microempreendedor (2009-2015), houvesse quase 13.000

¹⁵ Entrevista realizada no dia 13/04/2016.

atividades formalizadas (Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes)¹⁶, conforme constatação no Quadro 01.

Além do mais, esse trabalhador passa a ter o apoio técnico do SEBRAE, auxiliando os trabalhadores na legalização, alteração ou acréscimo de atividades, baixa emissão de boletos de impostos e também na realização da declaração anual – DASN. Além desses atendimentos, oferecem orientação gratuita com horário agendado e cursos sobre planejamento, compra, venda, empreendedorismo e formação do preço.

Quadro 01 – Evolução da formalização em Campos dos Goytacazes

Evolução da Formalização em Campos			
Ano	Adesões	Total	Porcentagem de aumento por ano
2009	164	-	-
2010	2.654	2.818	1.618%
2011	2.911	5.729	103%
2012	2.425	8.154	42%
2013	2.019	10.173	24%
2014	1.539	11.712	15,8%
2015	1.379	13.091	11,7%

Fonte: Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes (2015); Organização Vinícius Soares R. Gomes Féres.

No período entre 2009 e 2015, o número de trabalhadores autônomos que se tornaram formalizados chegou a 13 mil, representando um aumento significativo para as finanças do município. De acordo com o SEBRAE¹⁷, os segmentos que mais se formalizaram foram: cabelereiros, lanchonetes (quiosques), construção civil e lojas de roupas.

Ainda que o conceito de circuito inferior da economia urbana englobe todas as formas de trabalho que proporcionam renda e que são desenvolvidas com capital reduzido e baixo grau de organização, considerando-se os dados referentes às micro e pequenas empresas oficiais (SEBRAE, 2015), que muitas vezes não estão

¹⁶ A Formalização ocorre por iniciativa do próprio do trabalhador, a Prefeitura apenas divulga o programa na mídia e o trabalhador procura o espaço para formalizar sua atividade.

¹⁷ Entrevista realizada no dia 15/06/2016 com a funcionária Jéssica Rangel dos Santos.

em total consonância com o que caracterizamos como circuito inferior, esses dados podem ser pertinentes e nos explicar o circuito inferior como gerador de renda e trabalho.

Observando o Quadro 02, os dados fornecidos pelo Sebrae nos indicam uma participação ativa das pequenas e microempresas na economia urbana de Campos dos Goytacazes. Devemos destacar também que estes dados são referentes às atividades e à geração de trabalho regulamentados pelo Ministério do Trabalho, então não é levado em conta o trabalho não regulamentado, o que ampliaria a importância das pequenas atividades como geradoras de renda e trabalho.

A participação das médias e grandes empresas em Campos representam 1,43% em relação às micro e pequenas empresas no que diz respeito ao comércio; no que diz respeito à geração de empregos, as médias e grandes empresas fornecem apenas 7.231 empregos, ou seja, 61% menos do que as micro e pequenas empresas.

Quadro 02 – Número de estabelecimentos e empregos por tamanho no setor terciário – 2015

Campos dos Goytacazes	Comércio			Serviço		
	ME	PE	Média/ Grande	ME	PE	Média/ Grande
Remuneração (R\$)	885	1.032	1.071	1.000	1.253	1.588
Total de empregos	9.511	9.147	7.231	5.168	8.938	14.702
Número de estabelecimentos	3.357	503	55	2.029	451	102

Fonte: Anuário Sebrae (2015); Organização do autor.

Portanto, seja por fins de aumento de arrecadação, seja por redução de carga tributária para incluir uma faixa maior de trabalhadores, o projeto do governo federal e municipal para o trabalhador que atua em atividades reduzidas vem como uma nova forma destes trabalhadores se adequarem à legislação e a possuírem os mesmos direitos dos comerciantes com ponto comercial fixo da cidade. No entanto, grande parte destes formalizados não tem estabilidade em suas rendas; outros não conseguem se formalizar porque a renda é insuficiente. Além disso, esse processo criou uma nova normatização, logo, o descumprimento destas normas, especialmente no espaço urbano central, torna-se mais um meio de criminalização dos trabalhadores, que vivem no limite de sua sobrevivência.

Considerações finais

Ao tratar da geração de renda e trabalho pelo circuito inferior da economia, devemos entendê-lo como um dos elementos organizadores da vida no território. O trabalho expressa cultura, que se desdobra em relações de produção e regulam a convivência entre a sociedade. Além disso, constitui um meio para alcançar, de forma remunerada, a reprodução material da família e as formas de inserção social (HORTA, 2001).

O trabalho ainda constitui um direito e define as formas do fazer da sociedade (SILVA, 2006), contribuindo para a organização do território. Já a sua ausência implica em falta de condições para a vivência plena de uma cidadania digna (HORTA, 2001).

A renda consiste na expressão monetária da produção econômica, ao gerar renda o trabalho se torna uma forma dos trabalhadores adquirirem bens e serviços, dando origem ao circuito produção, renda e consumo. Este circuito pode ser compreendido por dois subsistemas distintos e complementares, denominados por Milton Santos como circuito superior e circuito inferior (SANTOS, 2004), conforme já apontamos.

A relação entre esses dois circuitos é determinada por condições históricas, ligadas à penetração das atividades modernas no território, e pelo Estado, que atua como intermediário entre os agentes modernos e a realidade local.

Na atualidade, as dinâmicas recentes do mercado de trabalho vêm influenciando em grande medida na expansão do circuito inferior. O fato de uma grande parcela de trabalhadores estarem inseridas em atividades de baixa produtividade, sobretudo em microatividades, nos aponta a capacidade do circuito inferior como abrigo e fornecedor de renda para a população pobre.

Esse processo de expansão do circuito inferior acontece no Brasil e ganha intensidade com a urbanização e os períodos de crise. A década de 1980 é exemplar desse processo, quando o mercado de trabalho passa a ter uma redução nos postos de trabalho regulamentado e uma expansão de postos de trabalho não regulamentados ou contratos flexíveis, ou mesmo os contratos regulamentados expõem empregos precários e uma população dependente do circuito inferior para o consumo.

Segundo Silveira (2007), a combinação desses fatores acima citados e a emergência de novas técnicas extremamente poupadoras de mão de obra no seio do circuito superior e as novas formas de contratação baseadas nas novas medidas trabalhistas têm levado a precarização do trabalho e o aumento do desemprego.

Isso nos indica que a precarização do trabalho e o aumento do desemprego têm levado à expansão do circuito inferior no período atual, uma vez que este tem uma função de provedor de ocupações e fornecedor dos meios de sobrevivência (MONTENEGRO, 2006).

Dessa forma, o circuito inferior e sua relação com o espaço revela-se como o território é usado (SANTOS e SILVEIRA, 2001), onde cada agente tem força diferente dentro de uma dinâmica na qual sistemas de objetos e sistemas de ações se condicionam mutuamente.

Nossa análise do centro urbano de Campos dos Goytacazes, compreendemos a microatividades como geradoras de trabalho e renda para a população. Os pequenos comerciantes, especialmente os ambulantes ou os camelôs compõem uma população que resiste, que cria e recria trabalho na cidade. As normatizações impostas pelo poder público têm levado a um controle maior do espaço levando a conflitos com os agentes do poder público.

A restrição e o controle de impostos pelo Estado, na esfera municipal, sobre essas atividades é algo histórico no cotidiano da cidade. Verificamos, assim como no passado, uma disciplinarização das atividades populares por meio de normas e valores mais adequados aos interesses dos comerciantes tradicionais. Hoje também há uma disputa por espaço de existência com os empreendimentos de capital nacional ou global, como das redes de franquias e shopping centers.

Referências bibliográficas

Feres, Vinicius Soares R. Gomes. **O circuito inferior da economia urbana em Campos dos Goytacazes**. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia) - Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Campos dos Goytacazes. 2017.

HORTA, C. R. Desemprego e cultura: uma leitura política da desconstrução da cidadania do trabalhador. In: HORTA, C. R. ; CARVALHO, R. A. A. de (org.). **Globalização, trabalho e desemprego**: um enfoque internacional. Belo Horizonte: C/ Arte, 2001.

MONTENEGRO, Marina. **O Circuito Inferior no Centro de São Paulo frente às Dinâmicas da Globalização e ao uso Corporativo do Território**. Tese (Doutorado), USP, São Paulo, 2006.

OLIVEIRA JR, G. Novas Expressões de Centralidade e Aprofundamento do Estranhamento da Vida Cotidiana na Cidade. **Mercator**, Revista de Geografia, UFC, ano 07, n.14, 2008.

PINTAUDI, S. M. **O Templo da Mercadoria**: Estudo sobre os shoppings centers do Estado de São Paulo. 156f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letra e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

SANTOS, J. **A Cidade Poli(multi)nucleada**: a reestruturação do espaço urbano de Salvador. 402 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SILVA, L.O. **Decadência e Reabilitação do Centro de São Paulo**. In: Urbanismo: Dossiê São Paulo, Campinas, 2006.

SILVEIRA, M. L. Metrópolis Brasileñas: un análisis de los circuitos de la economía urbana. **EURE**, Santiago, v. XXXIII, 2007, p. 149-164.

SANTOS. M.; SILVEIRA. M. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VILLAÇA, FLÁVIO. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel-FAPESP-Lincoln Institute, 2001.